Althaia S.A. Indústria Farmacêutica

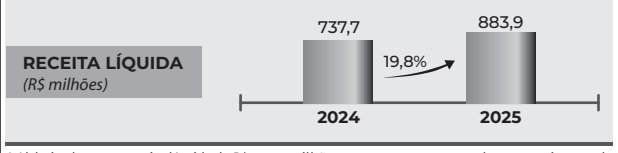
CNPJ nº 48.344.725/0007-19

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Nos termos das disposições legais e estatutárias, a Administração da Althaia S.A. Indústria Farmacêutica ("Companhia") submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Mensagem da Administração: A Althaia encerrou o ano de 2025 com receita líquida de R$ 883,9 milhões, representando um crescimento de 19,8% em relação ao ano anterior. Esse desempenho reflete a consolidação dos principais produtos do portfólio, o avanço nas vendas e os resultados positivos da estratégia de inovação, evidenciada pelos lançamentos realizados nos últimos 12 meses. Os indicadores reforçam a solidez do modelo de negócios e a capacidade da Companhia de sustentar um crescimento orgânico consistente. Mantivemos nossa presença nos canais digitais por meio do portal B2C www.lojaequaliv.com.br, direcionado à venda direta de suplementos ao consumidor final. Essa frente vem sendo fortalecida por investimentos relevantes em marketing voltados a produtos estratégicos. Além de ampliar o acesso ao nosso portfólio, esse canal também proporciona inteligência de mercado ao oferecer dados relevantes sobre o comportamento e preferências dos nossos clientes, contribuindo para o crescimento da Companhia. A Althaia adota um modelo de negócios único no setor farmacêutico brasileiro, que vem impulsionando um histórico de crescimento acima da média do mercado, de forma orgânica e sustentada. O compromisso com Pesquisa e Desenvolvimento é um pilar estratégico, materializado em investimentos consistentes que viabilizam o lançamento de produtos inovadores e com alto padrão de qualidade. No campo comercial, contamos com uma estrutura robusta e eficaz, capaz de atender uma base diversificada de clientes e parceiros. A governança da Companhia está fundamentada em um modelo de *partnership*, que valoriza a colaboração, a meritocracia e o alinhamento com os propósitos corporativos. A Althaia também se destaca por adotar as melhores práticas de Governança Corporativa, promovendo transparência, equidade e responsabilidade na gestão. O Conselho de Administração manteve sua composição com cinco membros, sendo três independentes e com ampla experiência no setor. Complementando essa estrutura, o Comitê de Auditoria é formado por três membros independentes, todos com sólida trajetória profissional. Com uma estrutura organizacional sólida, foco em inovação e disciplina na execução, a Companhia está preparada para capturar novas oportunidades, sustentando seu plano de crescimento com rentabilidade e responsabilidade. A Althaia segue confiante na construção de um futuro promissor, com base em sua estratégia diferenciada e compromisso com a excelência. **Desempenho Econômico-Financeiro:**

R$ milhões	2025	2024	Δ (%)
Receita líquida	883,9	737,7	19,8%
Lucro bruto	534,9	450,3	18,8%
Margem bruta (%)	*60,5%*	*61,0%*	*–0,5 p.p.*
Despesas operacionais	(264,5)	(250,0)	–5,8%
Equivalência patrimonial	(0,2)	(0,3)	–33,3%
EBITDA	301,2	225,5	33,6%
Margem EBITDA (%)	*34,1%*	*30,6%*	*3,5 p.p.*
Lucro líquido	220,0	151,9	44,8%
Margem líquida (%)	*24,9%*	*20,6%*	*4,3 p.p.*



A Althaia alcançou receita líquida de R$ 883,9 milhões em 2025, representando um crescimento de 19,8% em relação ao ano de 2024. Esse resultado reflete o avanço nas vendas dos principais produtos do portfólio e o impacto positivo dos lançamentos realizados nos últimos 12 meses. **Lucro Bruto:**

R$ milhões	2025	2024	Δ (%)
Lucro bruto	534,9	450,3	18,8%
Margem bruta (%)	*60,5%*	*61,0%*	*–0,5 p.p.*

O lucro bruto totalizou R$ 534,9 milhões em 2025, com margem bruta de 60,5%. Os custos representaram 39,5% da receita líquida do ano, um aumento de 0,5 ponto percentual em comparação a 2024.

Despesas Operacionais:

R$ milhões	2025	2024	Δ (%)
Despesas operacionais	**(264,5)**	**(250,0)**	**–5,8%**
Vendas	*(65,8)*	*(55,0)*	*–19,6%*
Gerais e administrativas	*(136,1)*	*(105,0)*	*-29,6%*
Pesquisa e Desenvolvimento	*(67,8)*	*(107,5)*	*36,9%*
Outras receitas (despesas) operacionais	*5,1*	*17,7*	*–71,2%*
Despesas operacionais/ Receita líquida (%)	**–29,9%**	**–33,9%**	**4,0 p.p.**

Em 2025, as despesas operacionais totalizaram R$ 264,5 milhões, um aumento de 5,8% em relação a 2024. As despesas com vendas alcançaram R$ 65,8 milhões, um aumento de 19,6% em relação a 2024, reflexo principalmente do maior gasto com pessoal. As despesas gerais e administrativas somaram R$ 136,1 milhões, crescimento de 29,6% em relação a 2024, impulsionado pelo aumento de despesas com pessoal e maiores investimentos em marketing. Os investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) totalizaram R$ 67,8 milhões em 2025, ante R$ 107,5 milhões em 2024, impactado pela baixa contábil não recorrente de projetos em desenvolvimento registrada no 2024.

EBITDA:

R$ milhões	2025	2024	Δ (%)
Lucro antes IR, CS e resultado financeiro	**270,2**	**200,0**	**–35,1%**
(+) Depreciação e amortização	(31,0)	(25,5)	–21,6%
EBITDA	**301,2**	**225,5**	**33,6%**
Margem EBITDA (%)	***34,1%***	***30,6%***	***3,5 p.p.***

O EBITDA alcançou R$ 301,2 milhões em 2025, representando um crescimento de 33,6% em relação a 2024. A margem EBITDA ficou em 34,1%, um aumento de 3,5 pontos percentuais em comparação ao ano de 2024, impulsionado pelo crescimento na receita e melhor eficiência nas despesas operacionais. **Resultado Financeiro:**

R$ milhões	2025	2024	Δ (%)
Resultado financeiro	**(14,8)**	**(34,1)**	**56,6%**
Receitas financeiras	*17,8*	*5,4*	*229,6%*
Despesas financeiras	*(32,5)*	*(39,5)*	*17,7%*

Em 2025, o resultado financeiro foi de R$ -14,8 milhões, frente a R$ -34,0 milhões em 2024. O aumento deve-se principalmente a receita com aplicações financeiras. **Lucro Líquido:**

R$ milhões	2025	2024	Δ (%)
Lucro antes IR, CS e resultado financeiro	**270,2**	**200,0**	**35,1%**
Resultado financeiro	*(14,8)*	*(34,1)*	*56,6%*
IRCS	*(35,5)*	*(14,0)*	*–153,6%*
Lucro líquido	**220,0**	**151,9**	**44,8%**
Margem líquida (%)	***24,9%***	***20,6%***	***4,3 p.p.***

Em 2025, a Companhia registrou lucro líquido de R$ 220,0 milhões, um aumento de 44,8% em relação a 2024. A margem líquida alcançou 24,9%, representando um crescimento de 4,3 pontos percentuais em comparação ao ano anterior. **Endividamento Líquido:** O Endividamento Líquido é representado pelo endividamento bancário (empréstimos e financiamentos) somado ao saldo das debêntures, subtraindo o saldo de caixa e equivalentes de caixa. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia registrou um Endividamento Líquido de R$ 257,8 milhões, o que representa um aumento de 19,0% em comparação a 31 de dezembro de 2024. A relação entre o Endividamento Líquido e o EBITDA dos últimos 12 meses foi de 0,86x, reduzindo -0,11 ponto percentual em relação ao ano anterior. **Investimentos em Pesquisa & Desenvolvimento:** Desde o início de nossas operações, temos realizado diversos investimentos com o propósito de consolidar nossa posição como uma indústria relevante no setor de saúde. Dentro desse contexto, o investimento em pesquisa e desenvolvimento de produtos representa um dos pilares essenciais para o crescimento de nossa empresa. Temos como meta estabelecer um portfólio robusto de produtos farmacêuticos. Atualmente, já contamos com 63 produtos registrados, incluindo genéricos e similares, dos quais 37 já estão disponíveis no mercado. No segmento de nutracêuticos (suplementos alimentares), nosso portfólio atual conta com 62 produtos, e continuamos trabalhando em diversos produtos em diferentes estágios de desenvolvimento, que têm previsão de lançamento nos próximos anos. Nosso compromisso com a qualidade e inovação nos impulsiona a buscar constantemente novas soluções para atender às necessidades de nossos clientes e do mercado de saúde como um todo. **Investimentos em Capex:** Como parte de nossa estratégia de crescimento sustentável e de geração de valor, estamos promovendo a ampliação da nossa capacidade produtiva para acompanhar o aumento da demanda e suportar o crescimento projetado nos próximos anos. No final de 2025, concluímos o a expansão da fábrica de medicamentos no complexo industrial de Atibaia (SP), ampliando significativamente nossa capacidade produtiva. Já em Poços de Caldas (MG), estamos construindo uma nova planta industrial que reforçará nossa presença nacional, com significativos ganhos operacionais. Esses investimentos não apenas suportam o crescimento das receitas, mas também geram externalidades positivas nas regiões onde atuamos, por meio da criação de empregos diretos e indiretos, alinhando retorno financeiro à responsabilidade social. Trata-se de um movimento estratégico coerente com o propósito da Companhia de fomentar o desenvolvimento das comunidades e fortalecer nossa atuação em todo o território brasileiro. Em 2024, concluímos a implantação do Epicenter, nosso novo e moderno centro de Pesquisa & Desenvolvimento em Atibaia (SP). A nova estrutura eleva nossa capacidade de inovação e acelera o desenvolvimento de produtos com maior valor agregado, incorporando tecnologia de ponta e ambiente físico altamente qualificado. Esta evolução reforça nossa vantagem competitiva, impulsiona a expansão do portfólio e consolida nosso posicionamento estratégico como uma companhia preparada para liderar transformações no setor, com foco em qualidade, eficiência e soluções cada vez mais aderentes às demandas do mercado. **Recursos Humanos:** A Althaia mantém um compromisso estratégico com a valorização de seu capital humano, reconhecendo que o engajamento e o desenvolvimento de seus colaboradores são pilares essenciais para sustentar o crescimento e assegurar a perenidade dos negócios. Desde sua fundação, a Companhia investe de forma consistente na atração e retenção de talentos alinhados ao seu propósito e cultura, com o objetivo de construir uma organização sólida, inovadora e preparada para os desafios futuros. Como parte desse compromisso, a Althaia implementa iniciativas robustas de capacitação, com destaque para o Programa de Desenvolvimento da Liderança. Esse programa é conduzido por consultorias especializadas em gestão contemporânea e tem como foco formar líderes alinhados aos valores da Companhia, promovendo coerência cultural e visão estratégica ao longo de toda a cadeia organizacional. Além disso, a cultura de inovação é fortalecida com o programa Sugira, um canal estruturado para que colaboradores proponham melhorias em áreas-chave como produtividade, qualidade, processos, ambiente de trabalho e otimização de custos. Essa abordagem estimula o protagonismo interno e contribui diretamente para ganhos operacionais e competitivos. A filosofia de gestão da Althaia é ancorada na metodologia da gestão pela contribuição, priorizando o reconhecimento e o engajamento das pessoas como diferencial estratégico. O modelo promove alto grau de comprometimento, refletindo-se em índices superiores de retenção, clima organizacional e performance. No campo social, a Companhia adota uma atuação ativa por meio do Instituto Althaia, responsável pela coordenação do Programa de Voluntariado Estruturado. A Companhia destina 5% do lucro líquido anual para projetos sociais. A iniciativa estimula o engajamento dos colaboradores em ações sociais que impactam positivamente comunidades em situação de vulnerabilidade, especialmente nas regiões onde a empresa está presente. A atuação inclui doações regulares a instituições sociais e ações pontuais junto a casas de repouso, hospitais e projetos educacionais. Desde 2018, parte dos resultados da Companhia é destinada a atividades sociais, reforçando o compromisso da Althaia com a geração de valor compartilhado. As ações são concentradas em localidades estratégicas como o estado de São Paulo, Pouso Alegre (MG) e Poços de Caldas (MG), ampliando a presença e a reputação institucional. Outra frente de destaque é o programa de Menor Aprendiz, também conduzido pelo Instituto Althaia, que viabiliza a inserção de jovens no mercado de trabalho por meio de formação técnica e qualificação profissional, contribuindo para o desenvolvimento social e para a formação de futuras lideranças. Essas iniciativas reforçam o posicionamento da Althaia como uma empresa orientada para o longo prazo, com cultura organizacional forte, responsabilidade social ativa e capacidade de atrair, desenvolver e reter talentos. São diferenciais intangíveis que sustentam a geração de valor aos acionistas e fortalecem a reputação da Companhia junto ao mercado e à sociedade. **Auditores Independentes:** Em conformidade com a Instrução CVM nº 381/03, a Althaia S.A. Indústria Farmacêutica informa que, no período de janeiro a dezembro de 2024, não foram contratados junto à KPMG serviços não relacionados à auditoria externa, uma vez que são nossos auditores para o ano base de 2025. **Agradecimentos:** Valorizamos imensamente o trabalho de nossos colaboradores, o apoio de nossos acionistas e a confiança depositada por nossos clientes, fornecedores e instituições financeiras do mercado. Reconhecer essas contribuições é fundamental para o sucesso e crescimento contínuo da Companhia.

A Administração

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 *(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Balanço patrimonial dos exercícios findos em 31/12/2025 e de 2024 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota	31.12.2025	31.12.2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	9	109.151	87.216
Títulos e valores mobiliários	10	7.060	6.347
Contas a receber de clientes	11	299.297	234.404
Estoques	12	162.218	139.530
Adiantamentos a fornecedores	13	7.348	6.778
Impostos a recuperar	14	18.124	4.802
Ativo fiscal corrente		469	303
Outros créditos		2.003	3.230
Total do ativo circulante		**605.670**	**482.610**
Não circulante			
Impostos a recuperar	14	6.063	1.809
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16.b	–	139
Depósitos judiciais	23	447	271
Total do ativo realizável a longo prazo		**6.510**	**2.219**
Imobilizado	17	375.359	216.233
Investimentos	18	2.256	2.411
Intangível	19	118.003	71.716
Direito de uso	20	1.803	4.812
		497.421	**295.172**
Total do ativo não circulante		**503.931**	**297.391**
Total do ativo		**1.109.601**	**780.001**

Passivo	Nota	31.12.2025	31.12.2024
Circulante			
Fornecedores e outras contas a pagar	21	122.641	97.536
Arrendamentos a pagar	20.b	1.649	4.214
Empréstimos e financiamentos	22	19.275	24.004
Debêntures	23	79.856	3.730
Obrigações sociais e trabalhistas	24	13.432	11.992
Obrigações fiscais	25	12.415	8.509
Parcelamentos fiscais e previdenciários	26	684	1.362
Dividendos a pagar	28.c	33.211	11.461
Demais contas a pagar		15.642	9.387
Total do passivo circulante		**298.805**	**172.195**
Não circulante			
Arrendamentos a pagar	20.b	255	1.072
Empréstimos e financiamentos	22	192.810	126.499
Debêntures	23	75.000	149.669
Subvenção governamental	17	18.438	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16.b	24.485	–
Parcelamentos fiscais e previdenciários	26	764	1.421
Obrigações fiscais	25	3.808	954
Provisão para demandas judiciais	27	2.918	2.288
Dividendos a pagar	28.c	52.151	–
Demais contas a pagar		1	5
Total do passivo não circulante		**370.630**	**281.908**
Patrimônio líquido			
Capital social	28	405.338	36.714
Reserva de capital		1.811	1.811
Reserva de lucros		33.017	287.373
Total do patrimônio líquido		**440.166**	**325.898**
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.109.601**	**780.001**

Demonstração do resultado
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	31.12.2025	31.12.2024
Receita	29	883.886	737.703
Custo das vendas e dos serviços prestados	30.1	(348.948)	(287.395)
Lucro bruto		**534.938**	**450.308**
Despesas com vendas	30.2	(65.803)	(54.967)
Despesas gerais e administrativas	30.2	(132.389)	(104.982)
Despesas com pesquisa e desenvolvimento	30.2	(67.782)	(107.511)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber		(3.682)	(186)
Outras despesas		(57)	(29)
Outras receitas		5.176	17.682
Resultado antes da equivalência patrimonial, despesas financeiras líquidas e impostos		**270.401**	**200.315**
Equivalência patrimonial	18	(155)	(290)
Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos		**270.246**	**200.025**
Receitas financeiras	31	17.761	5.369
Despesas financeiras	31	(32.536)	(39.493)
Despesas financeiras líquidas		**(14.775)**	**(34.124)**
Resultado antes dos impostos		**255.471**	**165.901**
Imposto de renda e contribuição social corrente	16	(10.866)	(3.400)
Imposto de renda e contribuição social diferido	16	(24.624)	(10.628)
Imposto de renda e contribuição social		**(35.490)**	**(14.028)**
Lucro líquido do exercício		**219.981**	**151.873**
Resultado atribuído aos:			
Acionistas controladores		**219.981**	**151.873**
Resultado por ação			
Resultado por ação – básico e diluído		1,04	0,72

Demonstração do resultado abrangente
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024(*(Em milhares de Reais)*

	31.12.2025	31.12.2024
Lucro líquido do exercício	**219.981**	**151.873**
Resultado abrangente total	**219.981**	**151.873**
Resultado abrangente atribuído aos:		
Acionistas controladores	219.981	151.873
Resultado abrangente total	**219.981**	**151.873**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 *(Em milhares de Reais)*

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros: Reserva Legal	Reserva de lucros: Reserva de subvenção governamental	Reserva de lucros: Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
Saldo em 31 dezembro de 2023	**36.714**	**1.811**	**7.343**	**122.052**	**29.366**	**–**	**197.286**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	151.873	151.873
Destinações:							
Constituição de reserva de subvenção de investimento	–	–	–	58.828	–	(58.828)	–
Reserva legal	–	–	–	–	–	–	–
Reserva de lucro	–	–	–	–	69.784	(69.784)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	–	(13.957)	(13.957)
Dividendos adicionais	–	–	–	–	–	(9.304)	(9.304)
Saldo em 31 de dezembro 2024	**36.714**	**1.811**	**7.343**	**180.880**	**99.150**	**–**	**325.898**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	219.981	219.981
Destinações:							
Dividendos adicionais – distribuição de lucro de anos anteriores	–	–	–	–	(99.143)	–	(99.143)
Dividendos adicionais – ajuste a valor presente	–	–	–	–	14.270	–	14.270
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	–	(20.840)	(20.840)
Aumento de capital com lucros intermediários	82.000	–	–	–	–	(82.000)	–
Aumento de capital com lucros remanecentes	36.324	–	–	–	–	(36.324)	–
Constituição de reserva de subvenção de investimento	–	–	–	69.420		(69.420)	–
Aumento de capital com reserva de subvenção de investimento	250.300	–	–	(250.300)	–	–	–
Reserva legal	–	–	10.999	–	–	(10.999)	–
Reserva de lucro	–	–	–	–	398	(398)	–
Saldo em 31 de dezembro 2025	**405.338**	**1.811**	**18.342**	**–**	**14.675**	**–**	**440.166**

Demonstração dos fluxos de caixa
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 *(Em milhares de Reais)*

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Notas	31.12.2025	31.12.2024
Lucro líquido do exercício Ajustes para:		**219.981**	**151.873**
Equivalência patrimonial em coligada	18	155	290
Provisão para perda esperada de contas a receber de clientes	11	3.682	196
Depreciações e amortizações	17 / 19 / 20	30.986	25.451
Encargos financeiros	20 / 22	10.196	5.081
Provisão de juros das debêntures	23	24.378	19.538
Valor justo de instrumentos financeiros derivativos	32	–	(1.084)
Despesa de imposto de renda e contribuição social – corrente	16	10.866	3.400
Despesa de imposto de renda e contribuição social – diferido	16	24.624	10.628
Provisão para processos judicias	27	630	(1.125)
Ajuste ao valor realizável de estoque	12	(4.154)	(3.413)
Baixa do ativo imobilizado e intangível	17 / 19 / 20	4.118	33.380
(Aumento) diminuição nos ativos operacionais			
Contas a receber	11	(68.575)	(74.934)
Adiantamentos a fornecedores	13	(571)	(4.319)
Impostos a recuperar	14	(17.743)	(3.477)
Estoques	12	(18.534)	(15.026)
Outros créditos		1.051	(1.333)
Aumento (diminuição) nos passivos operacionais			
Fornecedores e outras contas a pagar	21	18.458	34.549
Impostos e contribuições	25	6.759	(471)
Obrigações trabalhistas	24	1.440	3.197
Parcelamentos fiscais	26	(1.335)	(1.364)
Outras obrigações		24.693	3.782
Caixa gerado pelas atividades operacionais		**271.105**	**184.820**
Juros pagos	20 / 22 / 23	(31.355)	(20.535)
Impostos pagos sobre o lucro	16	(10.866)	(3.400)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**228.884**	**160.885**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	17	(175.902)	(111.230)
Aquisição de intangível	19	(53.410)	(35.240)
Aquisição de investimentos	10	(713)	(6.909)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento		**(230.025)**	**(153.379)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Recursos provenientes de empréstimos e financiamentos	22	82.785	115.610
Pagamento de empréstimos e financiamentos	22	(22.966)	(18.030)
Pagamento de passivo de arrendamento	20	(4.931)	(5.480)
Pagamento de dividendos	28	31.812	(26.100)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		**23.076**	**66.000**
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		**21.935**	**73.506**
Caixa e equivalentes de caixa em 1° de janeiro		87.216	13.710
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2025		**109.151**	**87.216**

continua ☛

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

1. Contexto Operacional: A Althaia S.A. Indústria Farmacêutica ("Companhia" ou "Althaia") é uma sociedade anônima de capital aberto e tem sua sede na cidade de Atibaia, São Paulo, Avenida Tégula, nº 888, nos módulos 1, 15, 16, 17,19, 20 e 21 no Condomínio Centro Empresarial Atibaia. A Companhia é registrante na categoria B na CVM - Comissão de Valores Mobiliários. A Companhia tem como atividades preponderantes o processamento, a industrialização, o revestimento, a comercialização, a promoção e distribuição, inclusive a importação e a exportação de produtos farmacêuticos em geral, nutracêuticos, oletéticos, edulcorantes, cosméticos, de higiene, saneantes, domissanitários, produtos veterinários, odontológicos, de proteção à saúde e correlatos. A Companhia ainda presta serviços para terceiros pertinentes a fabricação, comercialização e assessoramento técnico ou científico e transporte no que diz respeito às atividades mencionadas anteriormente, além de medicamentos fitoterápicos para uso humano e produtos alimentícios em geral. O portfólio da Althaia é composto por medicamentos genéricos, similares e nutracêuticos (suplementos alimentares e vitaminas voltados à prevenção de doenças), sendo eles produzidos em duas unidades fabris, situadas no estado de São Paulo (municípios de São Paulo e Atibaia) e um centro de distribuição nacional no estado de Minas Gerais (município de Pouso Alegre). A Companhia conta com uma estrutura própria de vendas com abrangência nacional, servindo a distribuidores, instituições de saúde e varejistas. **2. Base de preparação: Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e Práticas contábeis adotadas no Brasil)** : As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que abrange a legislação societária brasileira, as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A emissão desta demonstração financeira foi autorizada pela Diretoria em 06 de março de 2026. A Administração da Companhia afirma que está divulgando todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, e correspondem aquelas usadas na gestão do negócio. Detalhes sobre as políticas contábeis materiais da Companhia, incluindo as mudanças, estão apresentadas na Nota Explicativa nº 7. **3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **a. Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: Nota explicativa nº 20 – prazo do arrendamento: se a Companhia tem razoável certeza de exercer opções de prorrogação. **b. Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2025 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: Nota explicativa nº 11 –

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 10/03/2026

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

continuação

Althaia S.A. Indústria Farmacêutica

mensuração da provisão para perdas de crédito esperadas em contas a receber: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda; Nota explicativa nº 12 – reconhecimento e mensuração do ajuste ao valor realizável de estoques: premissas sobre o giro dos produtos e obsolescência. Nota explicativa nº 16 – reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados. Nota explicativa nº 19 – teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento. Nota explicativa nº 27 – reconhecimento e mensuração de provisões e provisão para processos judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; Nota explicativa nº 29 – reconhecimento de receita – estimativa da expectativa de devoluções de vendas. **c. Mensuração ao valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. Nível 2: *Inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). Nível 3: *Inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis) A Companhia reconhece as transferências entre níveis de hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. **5. Mudanças nas principais políticas contábeis:** A Companhia não teve quaisquer alterações em suas políticas contábeis em relação às aplicadas nas demonstrações financeiras em e para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024. **6. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos por meio do resultado. **7. Políticas contábeis materiais:** As principais políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas contábeis materiais foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados. **a. Transações em moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. **b. Informação por segmento:** A principal receita da Companhia vem da atividade de industrialização e venda de produtos farmacêuticos e nutracêuticos. O principal gestor das operações analisa informações financeiras e não-financeiras por produtos para deliberar sobre alocação de recursos e avaliar seu desempenho. A gestão das atividades relativas ao planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos de recursos e avaliação de performance dos produtos é centralizada, não havendo uma segregação de gestão que pudesse caracterizar uma gestão por segmento, ou outros fatores que possam identificar conjunto de componentes como segmentos operacionais da Companhia. **c. Receita de contrato com cliente:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor da mesma possa ser mensurado com segurança, seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando o controle sobre os produtos é transferido, ou seja, no momento da entrega dos produtos para o comprador, o qual passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de venda dos produtos e mercadorias. ***c.1 Obrigação de desempenho e Política de reconhecimento de receita:*** Na tabela seguinte, apresenta-se as diretrizes da composição da receita de contratos com clientes, principais linhas de produtos/serviços e momento do reconhecimento da receita. Também inclui a conciliação da receita com os segmentos reportáveis da Companhia.

Tipo de produtos e serviços	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Política de reconhecimento da receita
Venda de produtos	Representam venda de produtos farmacêuticos, com faturamento de acordo com cada linha de produtos e negociação particular de entrega e prazo de pagamento com cada cliente. Os clientes obtêm controle dos produtos quando as mercadorias são entregues e aceitas nas dependências do cliente. As faturas são emitidas naquele momento. Os prazos de pagamento dependem do segmento e do contrato firmado os prazos podem variar de pagamento à vista até 180 dias em média para pedidos de maior volume.	A receita é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes em suas instalações. Para contratos que permitem ao cliente devolver as mercadorias, a receita é reconhecida na medida em que seja altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita acumulada reconhecida não ocorrerá. A Companhia reavalia sua expectativa de devoluções na data do balanço, atualizando os valores do ativo e do passivo.
Industrialização	Representa a terceirização de produção de medicamentos de terceiros	A receita é reconhecida conforme os produtos são entregues e aceitos pelos clientes.
Serviço	Representa o fornecimento de serviços de desenvolvimento de produtos para parceiros.	A receita é reconhecida ao longo do tempo, à medida que as etapas dos serviços são prestados e aceitos pelo cliente.

d. Receitas e despesas financeiras: As principais receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem (i) receita de juros de aplicações financeiras, (ii) despesa de juros de empréstimos, debêntures e passivos de arrendamento (iii) ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros. A receita e despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. **e. Subvenção governamental:** ***i. Subvenção estadual - ICMS:*** É uma assistência governamental na forma de contribuição de natureza pecuniária, concedida à entidade em troca do cumprimento futuro de certas condições relacionadas às atividades operacionais da Companhia. No caso da Companhia, a subvenção se realiza por meio da redução da carga tributária efetiva de ICMS por meio de crédito presumido nas operações de vendas internas e interestaduais de produtos, restando, ainda, uma parcela mínima do imposto a pagar de 1,5% a 3%. As principais condições operacionais para a utilização do benefício são: Não tomada de crédito de ICMS nas operações de entrada; Assume a condição de substituto nas operações de entrada de mercadorias com substituição tributária de ICMS; e Destaque de ICMS a 12% quando a legislação estabelecer percentual superior, nas operações internas. ***ii. Lei do Bem:*** A Companhia se beneficia dos incentivos fiscais estabelecidos pela Lei do Bem (Lei n° 11.196/2005), que permitem a exclusão adicional, na apuração do lucro real, de dispêndios incorridos em atividades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação Tecnológica (P&D), para fins de determinação do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Os gastos elegíveis com P&D são reconhecidos como despesas operacionais no resultado do exercício, de acordo com sua natureza, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais estão em convergência com as IFRS. O benefício fiscal decorrente da Lei do Bem é reconhecido como redução do IRPJ e da CSLL correntes, por meio de ajustes efetuados na apuração do lucro, nos termos da legislação tributária vigente. Em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, os efeitos dos incentivos fiscais da Lei do Bem são tratados como diferenças permanentes, não gerando reconhecimento de ativos ou passivos fiscais diferidos. **f. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. ***i. Imposto de renda e contribuição social corrente:*** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. ***ii. Imposto de renda e contribuição social diferido:*** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia e de suas subsidiárias individualmente. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas, usando-se o método sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Ao avaliar a capacidade de recuperabilidade dos créditos fiscais diferidos, são consideradas projeções de lucros tributáveis futuros e movimentações das diferenças temporárias. Não há prazo de validade para utilização de saldos de prejuízos fiscais e bases negativas, porém a utilização dos prejuízos acumulados de anos anteriores é limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. **g. Estoques:** Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo médio de produção ou preço médio de aquisição e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio de aquisição. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda. O ajuste ao valor realizável de estoque de baixa rotatividade ou obsoletos, é analisado periodicamente e contabilizado quando aplicável. **h. Imobilizado:** Os ativos imobilizados são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e os juros de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual, após sua vida útil, seja integralmente baixado (exceto para terreno e imobilizado em andamento). As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Edifícios e benfeitorias	25 anos
Instalações	10 anos
Máquinas e equipamentos	3–40 anos
Móveis e utensílios	3–10 anos
Veículos	5–8 anos
Equipamentos de informática	3–10 anos
Ferramentas	5 anos
Moldes	10–21 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. **i. Intangível: i.1 Pesquisa e desenvolvimento**: Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros foram prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada, a partir da entrada na linha de produção, e qualquer perda por redução ao valor recuperável. **i.2 Outros ativos intangíveis:** Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzidos das amortizações acumuladas e quaisquer perdas acumuladas por redução aos valores recuperáveis. ***a. Gastos subsequentes:*** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo despesas de renovação de registro, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. ***b. Amortização:*** A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. As vidas úteis estimadas do ativo intangível são as seguintes:

Software	5 anos
Custos com desenvolvimento capitalizados	5 anos

j. Arrendamento mercantil: A Companhia atua como **arrendatária** em contratos de arrendamento, principalmente de imóveis e equipamentos utilizados em suas operações. Em decorrência da vigência da norma IFRS 16 (CPC 06 (R2)) – Arrendamentos, a Companhia passou a reconhecer, na data de início dos contratos, um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos aluguéis que não foram pagos na data da transição, descontados usando a taxa incremental composta por taxas de juros de fontes externas de financiamento e fazendo ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2025, as taxas de descontos aplicadas de acordo com a vigência contratual foram como segue:

Prazo	Taxa incremental	Taxa real
1 ano	13,63%	8,39%
2 anos	13,05%	7,84%
3 anos	13,09%	7,88%
4 anos	13,29%	8,07%
5 anos	13,49%	8,26%
6 anos	13,64%	8,41%
7 anos	13,74%	8,50%
8 anos	13,79%	8,54%
9 anos	13,79%	8,55%
10 anos	13,76%	8,52%

O prazo do arrendamento equivale ao período mínimo não cancelável dos contratos e a Companhia não adiciona, ao prazo do arrendamento, os períodos cobertos por uma opção de renovação, exceto nos casos em que a Companhia está razoavelmente certa de que a opção de renovação será exercida. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor inicial de mensuração do passivo de arrendamento e, quando aplicável, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamentos efetuados de forma antecipada, custos diretos iniciais incorridos, estimativas de custos para desmontagem e remoção de incentivos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo mesmo método de depreciação aplicado para itens similares do ativo imobilizado e, se aplicável, também será reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A Companhia remensura o passivo de arrendamento se houver uma alteração no prazo do arrendamento ou se houver alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração no índice ou na taxa utilizada para determinar esses pagamentos, reconhecendo o valor da remensuração do passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso. A Companhia possui apenas arrendamentos de curto prazo e/ou de baixo valor, para os quais optou pela aplicação da isenção prevista na norma contábil, não reconhecendo ativos de direito de uso nem passivos de arrendamento. **k. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros (impairment):** ***i. Ativos financeiros não derivativos:*** A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre seus ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A Companhia calcula a provisão para perdas com base em um valor correspondente à perda esperada de crédito ao longo da vida útil. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. Os critérios para a provisão de perda estimada do contas a receber foram definidos a partir de políticas de crédito da Companhia, onde são estabelecidos *ratings* para os clientes. A partir do *rating* de cada grupo de clientes foram definidos percentuais de risco que são aplicados sobre a carteira de clientes. As métricas de provisão estão embasadas em avaliação individualizada de crédito, incluindo fatores como nível de endividamento, títulos em atraso e análise do histórico de inadimplência no mercado. Além disso, são utilizados dados estatísticos, como a média dos títulos em atraso dos últimos 3 anos para embasar as métricas de perda esperada. Os percentuais de risco de cada rating estão demonstrados abaixo:

Rating AA – 0,2% sobre a carteira de clientes;
Rating A – 0,9% sobre a carteira de clientes;
Rating B – 10,6% sobre a carteira de clientes;
Rating C – 14,6% sobre a carteira de clientes;
Rating D – 50,0% sobre a carteira de clientes;
Rating E – 100,0% sobre a carteira de clientes.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito. As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui problemas de recuperação quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que os ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: Dificuldades financeiras significativas do cliente; Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso superior a 90 dias; Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; A probabilidade que o devedor estrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização; e O desaparecimento de mercado ativo para o título por conta de dificuldades financeiras. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Para efetuar a baixa, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos a execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. ***ii. Ativos não financeiros:*** No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos não financeiros para determinar se há alguma indicação de que tais ativos apresentaram indicadores de perdas por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Para testes de redução no valor recuperável, os ativos são

Demonstração do Valor Adicionado
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 *(Em milhares de Reais)*

	31.12.2025	31.12.2024
Receitas	**1.064.446**	**890.811**
Venda de produtos e serviços	1.148.351	928.729
Abatimentos e devoluções	(105.888)	(84.524)
Outras receitas (despesas) operacionais	5.083	17.022
Receitas referentes à construção de ativos próprios	20.582	29.770
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(3.682)	(186)
Insumos adquiridos de terceiros	**(438.656)**	**(472.157)**
Custos das vendas e dos serviços prestados	(301.705)	(246.887)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(135.126)	(225.844)
Perda/recuperação de valores ativos	(1.825)	574
Valor adicionado bruto	**625.790**	**418.654**
Depreciação e amortização	(31.726)	(24.243)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	**594.064**	**394.411**
Valor adicionado recebido em transferência	**17.606**	**5.079**
Receitas financeiras	17.761	5.369
Equivalência patrimonial	(155)	(290)
Valor adicionado total a distribuir	**611.670**	**399.490**
Distribuição do valor adicionado	**611.670**	**399.490**
Pessoal e encargos	**132.859**	**103.950**
Remuneração	87.066	73.958
Benefícios	39.646	25.393
FGTS	6.147	4.599
Impostos taxas e contribuições	**126.022**	**87.658**
Federal	91.993	62.631
Estadual	34.028	25.026
Municipal	1	1
Remunerações de capitais de terceiros	**27.095**	**32.748**
Juros	29.095	24.502
Aluguéis	491	510
Variação cambial, monetária e outras	(2.491)	7.736
Remunerações de capitais próprios	**325.694**	**175.134**
Dividendos	105.713	23.261
Lucros retidos	219.981	151.873

agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, majoritariamente independente das entradas de caixa de outros ativos, ou unidade geradora de caixa (UGC). O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. As perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **l. Fornecedores:** São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário e quando aplicável, essas obrigações são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **m. Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia tiver uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, e for provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação puder ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. ***Provisões para demandas judiciais:*** Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **n. Instrumentos financeiros:** ***i. Reconhecimento e mensuração inicial:*** As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo pelo resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. ***ii. Classificação e mensuração subsequente:*** Ativos financeiros: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo pelos outros resultados abrangentes (VJORA) – instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao (VJR) - Valor Justo por meio do Resultado. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR. É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio: A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • Como os gerentes do negócio são remunerados – por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor

continuação

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 10/03/2026

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

continuação

Althaia S.A. Indústria Farmacêutica

dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia a essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente – o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. ***iii. Desreconhecimento***: Ativos financeiros: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações de desconto de duplicatas simples em que entrega títulos a receber para as instituições financeiras e recebe antecipadamente o valor em conta corrente com desconto dos juros por antecipação. A propriedade dos títulos é transferida para as instituições financeiras e a Companhia é corresponsável pelo pagamento dos mesmos em caso de não liquidação pelo devedor. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos e um passivo financeiro é registrado. Adicionalmente, o ativo financeiro é classificado como atividade operacional e o passivo financeiro como atividade de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa da companhia. Passivos financeiros: A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. ***iv. Compensação:*** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **o. Mensuração do valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros. Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, ao Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação – ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro. **p. Demonstrações do valor adicionado:** A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado – DVA, referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas e considerada informação suplementar pelas normas internacionais IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. **q. Benefícios a empregados:** ***Benefícios de curto prazo a empregados:*** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **r. Investimentos:** Os investimentos em sociedades coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras (vide nota explicativa nº 18). Uma coligada é uma investida na qual um acionista tem influência significativa, ou seja, tem o poder de participar nas decisões financeiras e operacionais da investida, porém sem exercer o controle. **8. Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou a seguinte norma contábil na preparação desta demonstração financeira. ***IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:*** O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais. • As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. • As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras. • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'. ***Outras Normas Contábeis:*** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alteração IFRS 9 e IFRS 7); • Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações ao IFRS 9 e IFRS 7).

9. Caixa e equivalentes de caixa:

	31.12.2025	31.12.2024
Caixa	87	33
Conta corrente	92	198
Aplicações financeiras	108.972	86.985
Total	**109.151**	**87.216**

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de 90 dias ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. São compostas por numerários em espécie, depósitos bancários e aplicações financeiras com alta liquidez, resgatáveis a qualquer momento. As aplicações financeiras possuem rentabilidade substancialmente atrelada a Certificado de Depósito Bancário (CDB) e Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Em 31 de dezembro de 2025, as aplicações eram remuneradas entre 99% e 110% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (entre 20% e 110% em 31 de dezembro de 2024). **10. Títulos e valores mobiliários:** Em 31 de dezembro de 2025, o total de títulos e valores mobiliários, referem-se aos investimentos em ações de Companhias listadas na B3, adquiridos com o objetivo de obter maior rentabilidade em comparação a outras classes de aplicações financeiras. A Companhia avaliou que esses investimentos não atendem ao conceito de caixa e equivalentes de caixa, por estarem sujeitas a um significante risco de mudança de valor, sendo classificados como Títulos e Valores Mobiliários (TVM), mensurados pelo preço de fechamento divulgado pela B3.

	31.12.2025	31.12.2024
Ações listadas na bolsa	7.060	6.347
Títulos e valores mobiliários	**7.060**	**6.347**

11. Contas a receber de clientes: Correspondem a montantes a receber pela venda de mercadorias, industrialização, e prestação de serviço no decurso normal das atividades da Companhia. Estão apresentadas pelo valor de realização e deduzidos pelas perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa. A composição das contas a receber de clientes é demonstrada conforme a seguir:

	31.12.2025	31.12.2024
Contas a receber no país	304.646	236.667
Contas a receber no exterior	1.351	755
Subtotal	**305.997**	**237.422**
(–) Perda estimada e incorrida com créditos de liquidação duvidosa	(6.700)	(3.018)
Total do contas a receber líquido	**299.297**	**234.404**
Circulante	299.297	234.404
Não circulante	**–**	**–**

A composição dos saldos de contas a receber de clientes brutos de perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa é demonstrada abaixo:

	31.12.2025	31.12.2024
A vencer	303.933	235.018
Vencidos:		
até 30 dias	–	39
entre 31 e 60 dias	378	648
entre 61 e 90 dias	478	364
entre 91 e 180 dias	139	123
entre 181 e 360 dias	430	464
acima de 360 dias	639	766
Saldo final	**305.997**	**237.422**

A movimentação da provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

	31.12.2025	31.12.2024
Saldo inicial	(3.018)	(2.831)
Adições	(6.700)	(3.018)
Baixas	–	9
Reversões	3.018	2.822
Saldo final	**(6.700)**	**(3.018)**

12. Estoques: A composição dos estoques, líquida de provisão para perdas, é demonstrada abaixo:

	31.12.2025	31.12.2024
Matéria prima	77.893	63.154
Produto acabado	53.369	38.618
Produto semi–acabado	18.995	26.919
Embalagem	11.582	10.416
Material de consumo	379	423
Total	**162.218**	**139.530**

Adicionalmente, os estoques foram reduzidos ao valor realizável líquido no montante de R$ 3.073 em 31 de dezembro de 2025 (R$ 1.453 em 31 de dezembro de 2024). A movimentação da provisão para perdas em estoques é assim demonstrada:

	31.12.2025	31.12.2024
Saldo inicial	(1.453)	(725)
Adição	(31.764)	(16.038)
Baixas	2.534	2.685
Reversão	27.610	12.625
Saldo final	**(3.073)**	**(1.453)**

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia não possuía estoques dados em garantia de dívidas. **13. Adiantamento fornecedores**:

	31.12.2025	31.12.2024
Fornecedores nacionais	1.861	2.682
Fornecedores estrangeiros	1.806	2.147
Despachantes	3.681	1.949
Total	**7.348**	**6.778**

14. Impostos a recuperar:

	31.12.2025	31.12.2024
PIS/COFINS	3.654	1.631
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS")	14.349	3.102
Imposto sobre Produtos Industrializados ("IPI")	121	69
Total circulante	**18.124**	**4.802**
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS")	6.062	1.648
Pis/Cofins a recuperar	1	161
Total não circulante	**6.063**	**1.809**
Total	**24.187**	**6.611**

15. Remuneração do pessoal-chave da Administração: **Remuneração dos dirigentes:** A remuneração dos dirigentes é composta de: remuneração fixa mensal, incluindo salários, pró-labore, pagamentos à pessoa jurídica e benefícios compostos de plano de saúde e seguro de vida. **Remuneração do Conselho de Administração:** A remuneração de membros do Conselho de Administração acontece em razão da realização de reuniões periódicas, composta de valor fixo, por reunião com natureza salarial, não incluindo nenhuma espécie de benefício. A remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia, inclui as remunerações fixas e benefícios dos dirigentes e remuneração por reunião dos membros do Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria. A remuneração total dos administradores e comitê auditoria está assim demonstrada:

	31.12.2025	31.12.2024
Diretores	4.383	2.953
Conselho de Administração	150	65
Total	**4.533**	**3.018**

16. Imposto de renda e contribuição social: 16. a Conciliação de imposto de renda e contribuição social no resultado: A conciliação entre a despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e a despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrada como segue:

Conciliação da alíquota de imposto efetiva	31.12.2025	31.12.2024
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**255.471**	**165.901**
Alíquota combinada de imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Despesa projetada de imposto de renda e contribuição social	**(86.860)**	**(56.406)**
Adições/exclusões permanentes	(1.576)	(3.998)
Subvenção estadual MG	23.603	20.002
Lei do Bem	29.343	26.374
Total	**(35.490)**	**(14.028)**
Alíquota efetiva de IR e CS (%)	**(13,9%)**	**(8,5%)**
Imposto de renda e contribuição social correntes	(10.866)	(3.400)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(24.624)	(10.628)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	**(35.490)**	**(14.028)**

16. b Imposto de renda e contribuição social diferidos:

Ativo fiscal diferido	31.12.2025	31.12.2024
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	–	102
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	–	37
Total	**–**	**139**
Passivo fiscal diferido		
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	(18.003)	–
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	(6.482)	–
	(24.485)	–
Imposto de renda e contribuição social diferido	**(24.485)**	**139**

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Os saldos de ativos e passivos diferidos apresentam-se conforme seguem:

Diferenças temporárias ativas	31.12.2025	31.12.2024
Provisão para acordos comerciais	2.677	1.699
Provisão para demandas judiciais	992	778
Provisão para perdas de crédito esperadas	2.278	1.026
Provisão para perda nos estoques	1.045	494
Provisão para devoluções	1.539	791
Passivo de arrendamento	647	1.797
Outros	362	2.746
Total das diferenças temporárias ativas	**9.540**	**9.331**
Diferenças temporárias passivas		
Depreciação e amortização acelerada (i)	(33.412)	(10.916)
Direito de uso	(613)	(1.636)
Total das diferenças temporárias ativas e passivas	**(24.485)**	**(3.221)**
Prejuízo fiscal e base negativa	–	3.360
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos	**(24.485)**	**139**

(i) Em conformidade com a Lei nº 11.196/2005 (Lei do Bem), aplicou o benefício fiscal da depreciação sobre bens tangíveis adquiridos para atividades de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Este benefício permite a dedução do valor total dos bens no exercício fiscal de sua aquisição, desde que destinados exclusivamente a projetos de inovação tecnológica. Movimentação do imposto de renda e contribuição social no período:

	31.12.2025	31.12.2024
Saldo inicial	**139**	**10.767**
Efeito no resultado do periodo	(24.624)	(10.628)
Saldo final	**(24.485)**	**139**

17. Imobilizado:

Movimentação de custo	01.01.2024	Adições	Baixas	Transferência	31.12.2024	Adições	Baixas	Transferência	31.12.2025
Terrenos, edificios e benfeitorias	38.785	28.214	–	1.103	68.102	41.933	–	35.799	145.834
Máquinas, equipamentos e outros bens	77.137	43.944	(13)	256	121.324	54.500	(4.562)	8.383	179.645
Móveis e utensílios	3.302	596	(110)	–	3.788	299	(158)	384	4.313
Veículos	4.825	2.326	(1.235)	–	5.916	1.666	(222)	–	7.360
Equipamentos de informática	5.036	2.052	–	–	7.088	2.196	–	467	9.751
Imobilizado em andamento	16.267	46.999	–	(1.359)	61.907	81.955	(232)	(45.033)	98.597
Total de imobilizado	**145.352**	**124.131**	**(1.358)**	**–**	**268.125**	**182.549**	**(5.174)**	**–**	**445.500**
Movimentação de depreciação									
Terrenos, edificios e benfeitorias	(2.658)	(2.104)	–	–	(4.762)	(3.402)	–	–	(8.164)
Máquinas,equipamentos e outros bens	(28.914)	(9.855)	11	–	(38.758)	(13.054)	588	–	(51.224)
Móveis e utensílios	(1.814)	(1.029)	81	–	(2.762)	(301)	118	–	(2.945)
Veículos	(1.575)	(903)	682	–	(1.796)	(1.274)	207	–	(2.863)
Equipamentos de informática	(2.928)	(886)	–	–	(3.814)	(1.317)	186	–	(4.945)
Total de depreciação	**(37.889)**	**(14.777)**	**774**	**–**	**(51.892)**	**(19.348)**	**1.099**	**–**	**(70.141)**
Saldo líquido	**107.463**	**109.354**	**(584)**	**–**	**216.233**	**163.201**	**(4.075)**	**–**	**375.359**

No exercício de 31 de dezembro de 2025, a Companhia adquiriu ativos fixos destinados ao novo centro de pesquisa e desenvolvimento e ao novo polo de produção, totalizando um investimento de R$ 182.549 (R$ 124.131 em 31 de dezembro de 2024), com desembolso de caixa no montante de R$ 175.902 (R$ 111.230 em 31 de dezembro de 2024). Incluídos neste valor estão capitalizados custos de empréstimos relacionados a aquisição e construção dos novos ativos de R$ 8.374 (R$ 1.298), calculados utilizando uma taxa de capitalização média de 9,58%. Adicionalmente, as taxas de depreciação do ativo imobilizado foram revisadas durante o exercício de 2025, e a Administração não identificou a necessidade de alterar as taxas de depreciação/vidas úteis. **Receita diferida - Subvenção governamental:** Em junho de 2025, a Companhia recebeu, em doação do Município de Poços de Caldas, um terreno avaliado em R$ 18.438, destinado à instalação de uma nova planta industrial. O valor foi registrado no ativo imobilizado e, em contrapartida, reconhecido como receita diferida no passivo não circulante, conforme o IAS 20/CPC 07 (R1) – Subvenção e Assistência Governamentais. A apropriação ao resultado será realizada de forma linear ao longo de 10 anos, a partir do início da depreciação do prédio construído no local, em alinhamento com o cumprimento das condições estabelecidas na concessão. Dentre essas condições, destacam-se: a obrigatoriedade de construir e operar a planta industrial no terreno doado, conforme previsto no protocolo de intenções aprovado, e a observância de obrigações legais e sociais associadas ao projeto, incluindo contrapartidas como a doação de medicamentos. **Teste de redução ao valor recuperável ("*Impairment*") :** Para o exercício de 31 de dezembro de 2025, a Administração não identificou indicadores de que o ativo imobilizado poderia apresentar gatilhos de *impairment.* **18. Investimentos:** A Companhia detém participação de 20% no capital social da Heartmetrix Saúde S.A. (Heartmetrix), empresa voltada ao desenvolvimento de plataformas digitais voltadas a profissionais da área da saúde. A Heartmetrix não possui registro de companhia aberta e não tem seus valores mobiliários negociados em bolsa de valores. Abaixo está demonstrada a posição do patrimônio líquido e resultado do exercício de investimento na coligada:

Coligadas	**Patrimônio Liquido**	**Prejuizo líquido**	**Participação no Capital social %**	**Investimento Ágio**	**Investimento 2025**	**Investimento 2024**	**Resultado de Equivalência Patrimonial 2025**	**Resultado de Equivalência Patrimonial 2024**
Heartmetrix Saúde S.A.	(585)	(816)	20	2.139	2.256	2.411	(155)	(290)

Abaixo está demonstrada integralmente a posição de balanço patrimonial e de resultado da sociedade coligada:

	31.12.2025
	Composição da Heartmetrix
Ativo circulante	590
Patrimonio líquido	(585)
Receita liquida	85
Custo, Despesas operacionais	
e Outros resultados operacionais	(901)
Prejuizo líquido	(816)
Quantidade de ações possuidas	2.000
Participação no capital social – %	20

19. Intangível:

	01.01.2024	Adições	Baixas	Transferências	31.12.2024	Adições	Baixas	Transferências	31.12.2025
Custo ou Avaliação									
Software	2.893	1.021	–	–	3.914	197	(43)	–	4.068
Desenvolvimento de produtos	66.927	31.969	(33.325)	(2.821)	62.750	52.767	(41)	(9.301)	106.175
Direito propriedade.industrial e serviços	3.630	–	–	–	3.630	–	–	–	3.630
Produtos lançados	9.320	110	–	2.821	12.251	446	–	9.301	21.998
Outros	43	–	–	–	43	–	–	–	43
Total intangível	**82.813**	**33.100**	**(33.325)**	**–**	**82.588**	**53.410**	**(84)**	**–**	**135.914**
Amortização									
Software	(1.952)	(505)	–	–	(2.457)	(563)	41	–	(2.979)
Direito de propriedade industrial	(1.150)	(726)	–	–	(1.876)	(726)	–	–	(2.602)
Produtos lançados	(2.624)	(3.915)	–	–	(6.539)	(5.791)	–	–	(12.330)
Total de amortização	**(5.726)**	**(5.146)**	**–**	**–**	**(10.872)**	**(7.080)**	**41**	**–**	**(17.911)**
Saldo líquido	**77.087**	**27.954**	**(33.325)**	**–**	**71.716**	**46.330**	**(43)**	**–**	**118.003**

Recuperação de custos com desenvolvimento: Em cada data de divulgação, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto estoques e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa ("UGC"), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável, que não ágio, somente é revertida na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. O valor contábil dos custos com desenvolvimento em 31 de dezembro de 2025 foi de R$ 106.175 (R$ 62.750 em 31 de dezembro de 2024). O valor recuperável é analisado pela Companhia por molécula, cada molécula possui estudo de viabilidade técnica e comercial, projeções de fluxo de caixa futuro, preparadas com base em estimativas de volume de vendas, preços e custos de produção baseado em análises financeiras e tendências do mercado no segmento em que a Companhia atua. As projeções consideram margens operacionais definidas em observância com: (i) Margens de lucro bruto; (ii) Taxas de desconto aplicáveis; (iii) Modelo de precificação de ativos de capital (CAPM – Capital Asset Pricing Model); (iv) Taxa do custo médio ponderado de capital (WACC) aplicada ao fluxo de caixa descontado; e (v) Investimentos em capital de giro (clientes, estoques e contas a pagar). No âmbito do teste de recuperabilidade, a taxa de desconto antes dos

continuação

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 10/03/2026

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

continuação

Althaia S.A. Indústria Farmacêutica

impostos foi obtida por meio de cálculo iterativo, tendo como ponto de partida a taxa de desconto após impostos. Dessa forma, a taxa de desconto nominal após impostos de 11,9%, apurada com base na metodologia do Custo Médio Ponderado de Capital (WACC), corresponde a uma taxa antes dos impostos de 12,4%. As estimativas de fluxo de caixa abrangem projeções detalhadas para os próximos cinco anos e, foi adotada taxa de crescimento em perpetuidade de 4,0% (2024: 3,5%), alinhada à expectativa média de crescimento de longo prazo da indústria farmacêutica. **20. Ativos de direito de uso e arrendamentos a pagar:** Os contratos de arrendamento referem-se a imóveis destinados a instalações de seus escritórios e seu centro de distribuição, além de contratos de locação de veículos utilizados pelas áreas comercial e gestão administrativa.

20.a A movimentação do ativo de direito de uso é a seguinte:

	01.01.2024	Adições	Baixas	Atualização contratos	31.12.2024	Adições	Baixas	Atualização contratos	31.12.2025
Custo									
Direito de uso	20.501	278	(1.511)	(5.015)	14.253	1.549	–	(6.367)	9.435
	20.501	**278**	**(1.511)**	**(5.015)**	**14.253**	**1.549**	**–**	**(6.367)**	**9.435**
Amortização									
Direito de uso	(8.929)	(5.527)	–	5.015	(9.441)	(4.558)	–	6.367	(7.632)
	(8.929)	**(5.527)**	**–**	**5.015**	**(9.441)**	**(4.558)**	**–**	**6.367**	**(7.632)**
Saldo líquido	**11.572**	**(5.249)**	**(1.511)**	**–**	**4.812**	**(3.009)**	**–**	**–**	**1.803**

As taxas médias ponderadas de amortização por classe de direito de uso em 31 de dezembro 2025 estão apresentadas a seguir:

Classe	Prazos contratados	Encargos anuais
Centro de distribuição	Até 3 anos	12%
Planta fabril e escritório	Até 10 anos	13%
Veículos	Até 3 anos	12%

20.b A movimentação do passivo de arrendamento é a seguinte:

Saldo em 01.01.2024	**(12.530)**
Juros do exercício	(962)
Adições novos contratos	(278)
Rescisões contratos	2.041
Pagamento principal	5.480
Pagamento juros	962
Saldo em 31.12.2024	**(5.286)**
Juros do exercício	(458)
Adições novos contratos	(1.550)
Rescisões contratos	–
Pagamento principal	4.931
Pagamento juros	459
Saldo em 31.12.2025	**(1.904)**
Circulante	(1.649)
Não circulante	(255)

Em 31 de dezembro de 2025, o perfil de vencimento do passivo de arrendamento é como segue:

Vencimentos	Total de pagamentos até o final do contrato	Valor presente
Menos de 1 ano	1.824	1.649
1 a 2 anos	158	138
2 a 3 anos	146	80
3 a 4 anos	37	37
4 a 5 anos	–	–
Valor bruto	**2.165**	**1.904**
Potencial PIS e COFINS a recuperar (a)	(200)	(176)
Valor liquido	**1.965**	**1.728**

(a) Os referidos créditos foram considerados somente das unidades produtivas que se configuram na tomada do direito de crédito que poderão se realizar materialmente diferente dos montantes demonstrados acima devido a possibilidade de a alíquota efetiva ser diferente da teórica ou os pagamentos não estarem mais sujeitos a tomada de crédito. Montante relativo ao potencial direito de crédito de PIS e COFINS sobre pagamentos dos arrendamentos conforme divulgação prevista no Ofício Circular CMV/SNC/SEP/Nº 02/2019 representando uma estimativa. O valor reconhecido como despesa em 31 de dezembro de 2025 foi de R$ 912 (R$ 428 em 31 de dezembro de 2024).

21. Fornecedores e outras contas a pagar:

	31.12.2025	31.12.2024
Fornecedores nacionais	90.113	73.488
Fornecedores estrangeiros	28.884	22.860
Fornecedores serviços	3.644	1.188
Total de fornecedores e outras contas a pagar	**122.641**	**97.536**

A informação sobre a exposição da Companhia aos riscos de moeda e de liquidez relacionados a "Fornecedores e outras contas a pagar" encontram-se divulgados na Nota nº 32. **22. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos da Companhia estão classificados da seguinte forma:

Passivo circulante	31.12.2025	31.12.2024
Financiamento Externo– FINIMP	17.810	19.584
Capital de giro (i)	418	197
FINEP	1.047	4.223
Passivo não circulante	**19.275**	**24.004**
Capital de giro (i)	143.618	83.971
FINEP	49.192	42.528
	192.810	**126.499**
Total	**212.085**	**150.503**
Circulante	19.275	24.004
Não circulante	192.810	126.499

(i) Capital de giro referente a empréstimo captado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em 15 de fevereiro de 2024, para a implantação do novo centro de Pesquisa e Desenvolvimento na cidade de Atibaia, São Paulo. Os termos e condições dos empréstimos em aberto são:

Modalidade das dívidas	Moeda/ Índice	Contratação	Vencimento	Indexador	Taxa	2025	2024
Financiamento Externo– FINIMP JPY		Em 19/05/2025	Até 20/06/2026	Var. Cambial + Taxa Pré	2,89% a.a	17.810	19.584
Capital de giro	BRL	Em 20/02/2024	Até 15/02/2039	TR	2,20% a.a	144.036	84.168
FINEP	BRL	Em 16/08/2022	Até 15/07/2032	TJLP + Taxa Pré	3,40% a 4,00% a.a	50.239	46.751
						212.085	**150.503**
Circulante						19.275	24.004
Não Circulante						192.810	126.499

A movimentação dos empréstimos, financiamentos é demonstrada abaixo:

	31.12.2025	31.12.2024
Saldo inicial	**150.503**	**48.990**
Captação	82.785	115.610
Apropriação de juros e variação cambial	9.738	4.120
Pagamento de principal	(22.966)	(18.030)
Pagamento de juros	(7.975)	(187)
Saldo final	**212.085**	**150.503**

Os montantes a longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	31 de dezembro de 2025				
Vencimento em	**Até 1 ano**	**1 a 2 anos**	**2 a 3 anos**	**4 ou mais**	**Total**
Financiamento Externo– FINIMP	17.810	–	–	–	17.810
Capital de giro	418	11.053	11.053	121.512	144.036
FINEP	1.047	6.595	6.595	36.002	50.239
	19.275	**17.648**	**17.648**	**157.514**	**212.085**

	31 De Dezembro de 2024				
Vencimento em	**Até 1 ano**	**1 a 2 anos**	**2 a 3 anos**	**4 ou mais**	**Total**
Financiamento Externo– FINIMP	19.584	–	–	–	19.584
Capital de giro	197	–	5.290	78.681	84.168
FINEP	4.223	4.535	5.771	32.222	46.751
	24.004	**4.535**	**11.061**	**110.903**	**150.503**

A Companhia possui contratos de empréstimos bancários em moeda estrangeira, totalizando JPY 488.030.547, com vencimento previsto para junho de 2026, conforme os termos contratuais. Esses contratos incluem cláusulas restritivas (*covenants*) que estabelecem que, ao final de cada exercício social, a dívida líquida da Companhia não pode exceder 3,5 vezes o EBITDA anual, conforme apurado com base nas demonstrações financeiras auditadas. O descumprimento dessa condição implica no vencimento antecipado da obrigação. **23. Debêntures:**

	31.12.2025	31.12.2024
Debêntures	80.187	4.060
(–) Custo da transação	(331)	(330)
	79.856	**3.730**
Passivo não circulante		
Debêntures	75.000	150.000
(–) Custo da transação	–	(331)
	75.000	**149.669**
Total	**154.856**	**153.399**
Circulante	79.856	3.730
Não circulante	75.000	149.669

Os recursos líquidos captados pela Companhia, por meio da emissão, foram destinados para reforço de caixa. **23.a Características das debêntures**

Descrição	Emissão
Entidade Emissora	Althaia S.A. Indústria Farmacêutica
Instituição Financeira	XP Investimentos
Valor total da emissão em série única	150.000
Natureza	Privada
Data da emissão	03/12/2021
Data de captação	29/12/2021
1º Vencimento	15/01/2026
2º Vencimento	15/01/2028
Espécie	Quirografária
Garantia	Fiança do acionista controlador
Identificação ativo na CETIP	ALTF11
Taxa de juros efetiva a.a. %	2,30% + 100% CDI
Valor total da dívida	154.856

23.b Movimentação das debêntures:

	31.12.2025	31.12.2024
Saldo inicial	**153.399**	**153.247**
Pagamento de juros	(22.921)	(19.386)
Provisão de juros	24.047	19.222
Custos de emissão	331	316
Saldo final	**154.856**	**153.399**

23.c Escalonamento da dívida referente ao saldo de debêntures:

Ano	31.12.2025	31.12.2024
2024	–	4.060
2026	80.187	75.000
2028	75.000	75.000
	155.187	**154.060**

Cláusulas restritivas (covenants): De acordo com os termos da escritura, os juros serão pagos trimestralmente até janeiro de 2028 e o valor principal será pago em duas parcelas de R$ 75.000, com vencimento em 15 de janeiro de 2026 e 15 de janeiro de 2028, respectivamente. Devido a emissão de debêntures, há cláusula de *covenants* a ser atendida pela Companhia, e esta estabelece que, ao final de cada ano, a dívida líquida não pode exceder 3,5 vezes o EBITDA anual da Companhia, medido com balanço auditado, porém de 3,01 a 3,56 vezes o EBITDA, a sobretaxa base da escritura deverá ser atualizada para refletir o nível de alavancagem da Companhia, de forma que a remuneração aplicável para as debêntures. Contudo, para indicador acima de 3,5 vezes o EBITDA, o empréstimo se torna imediatamente vencido. Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia atendeu os índices dispostos acima.

24. Obrigações sociais e trabalhistas:	31.12.2025	31.12.2024
Provisão para férias, 13° salário e encargos sociais	8.459	7.426
INSS a recolher	2.505	1.933
IRRF sobre folha	1.707	1.537
FGTS a recolher	761	602
Provisão para participação nos lucros	–	494
Total das obrigações sociais e trabalhistas	**13.432**	**11.992**

25. Obrigações fiscais:

	31.12.2025	31.12.2024
ICMS a recolher	8.289	7.273
COFINS a recolher	2.925	770
PIS a recolher	729	157
Outros	4.280	1.263
Total das obrigações fiscais	**16.223**	**9.463**
Circulante	12.415	8.509
Não circulante	3.808	954

26. Parcelamentos fiscais e previdenciários:

	31.12.2025	31.12.2024
Refis MP 783/17 (i)	840	1.058
Parcelamento de IRPJ e CSLL (ii)	140	981
Refis MP 899/19 (i)	312	528
Parcelamento contribuição SENAI	156	216
Total dos parcelamentos fiscais e previdenciários	**1.448**	**2.783**
Circulante	684	1.362
Não circulante	764	1.421

(i) O Governo Federal através das Medidas Provisórias nº 783, de 31 de maio de 2017 e Medida Provisória nº 899, de 16 de outubro de 2019, instituiu os programas especiais de regularização tributária (PERT). Esses programas, além de visar à redução dos processos em litígios tributários, objetiva proporcionar às Companhias condições especiais para a negociação de suas dívidas junto à Receita Federal e ao Instituto Nacional do Seguro Social. (ii) Passivo tributário federal com a adesão ao parcelamento PERT (Programa Especial de Regularização Tributária), reparcelando os débitos de IRPJ e CSLL existentes no PRT com parcelas que se encerram em 2030. **27. Provisão para demandas judiciais:**

	31.12.2025	31.12.2024
Trabalhista	2.234	1.757
Cível	684	531
Total	**2.918**	**2.288**
Depositos Judiciais	(447)	(271)
Saldo liquido	**2.471**	**2.017**

A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

	01.01.2024	Encargos	Baixa	31.12.2024	Encargos	Total de Contingências em 31.12.2025	Depósitos judiciais	Contingências líquidas de depósito judicial
Trabalhista	1.474	283	–	1.757	477	2.234	(272)	1.962
Tributário	1.437	–	(1.437)	–	–	–	–	–
Cível	502	28	–	531	153	684	(175)	509
Total	**3.413**	**311**	**(1.437)**	**2.288**	**630**	**2.918**	**(447)**	**2.471**

A Companhia é parte passiva em ações judiciais decorrentes do curso das operações, envolvendo questões tributárias, cíveis e trabalhistas. Periodicamente, a Administração avalia os riscos contingentes, tendo como base fundamentos jurídicos, econômicos e tributários com o objetivo de classificá-los segundo suas chances de ocorrência e de exigibilidade, com os prováveis, possíveis e remotos, levando em consideração as análises de seus advogados e escritórios de advocacia que patrocinam suas causas. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise de demandas judiciais pendentes, constituiu provisões para contingências trabalhistas e cíveis no montante de R$ 2.918 em 31 de dezembro de 2025 (R$ 2.288 em 31 em dezembro de 2024), consideradas suficientes para cobrir as perdas prováveis das ações em curso. Com base em parecer dos assessores jurídicos da Companhia, as ações com probabilidade possível de perda somam o montante de R$ 2.630 em 31 de dezembro de 2025 (R$ 18.160 em 31 de dezembro de 2024), que compreendem processos de natureza trabalhista, cível e tributária. A redução do montante classificado como perda possível resulta da reavaliação de processo civil em trâmite no Ministério Público, cuja probabilidade de perda foi revisada e passou a ser considerada remota.

28. Patrimônio líquido: a. Capital social:

	31.12.2025			31.12.2024		
	Ações ON	Participação	Total	Ações ON	Participação	Total
FirstBrand Assessoria e Consultoria em Marketing Ltda.	154.956.102	73,05%	296.084	154.826.966	72,99%	26.796
Carolina Sommer Mazon	11.609.745	5,47%	22.183	11.609.745	5,47%	2.009
Jairo Aparecido Yamamoto	14.992.016	7,07%	28.646	14.992.016	7,07%	2.595
Márcia Regina Hirota Yamamoto	14.991.070	7,07%	28.644	14.991.070	7,07%	2.595
Maira Medeiros Vendramini Carrara	3.860.017	1,82%	7.376	3.860.017	1,82%	668
Ricardo Vinícius Ferrari	3.860.017	1,82%	7.376	3.860.017	1,82%	668
Marco Henrique Chepuck Miazzo	3.088.015	1,46%	5.900	3.088.015	1,46%	534
Rachel Giachini Sampaio Ferreira	1.161.076	0,55%	2.219	1.161.076	0,55%	201
Demais acionistas	3.615.885	1,70%	6.909	3.745.021	1,77%	648
Total	**212.133.943**	**100,00%**	**405.338**	**212.133.943**	**100,00%**	**36.714**

Em 31 de dezembro de 2025 o capital social está apresentado pelo montante de R$ 402.294 (R$36.714 em 31 de dezembro de 2024), divididos em 212.133.943 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em 28 de novembro de 2025, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital social da Companhia no valor total de R$ 405.338, sem a emissão de novas ações, mediante a incorporação ao capital social de parte dos recursos registrados nas reservas de lucros, reservas para incentivos fiscais e lucros do exercício. O referido aumento de capital foi realizado de forma proporcional à participação de cada acionista no capital social da Companhia, não resultando em alteração na estrutura de participação societária ou nos percentuais de participação dos acionistas. **b. Reserva legal:** Conforme o estatuto social da Companhia, e constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **c. Reserva de incentivo fiscal:** A Companhia usufrui de benefícios fiscais de ICMS caracterizados como incentivos para investimento, concedidos por meio de processo administrativo-tributário junto à Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais, mediante Regime Especial de Tributação. A diferença entre o passivo tributário apurado e o montante efetivamente recolhido é reconhecida no resultado do exercício como subvenção governamental para investimento e, nos termos do da legislação societária, destinada à constituição de reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido. Essa reserva não compõe a base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório e somente pode ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento de capital social, observadas as disposições da legislação societária.

d. Distribuição de dividendos: De acordo com o Estatuto Social da Companhia, a distribuição de dividendos aos seus acionistas é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício social, considerando o dividendo mínimo obrigatório correspondente a 15% do lucro líquido ajustado do exercício. O Estatuto Social também faculta a distribuição de dividendos com base em balanços semestrais ou intermediários. Eventuais valores distribuídos acima do dividendo mínimo obrigatório somente são reconhecidos como passivo na data de sua aprovação pelos acionistas, em Assembleia Geral. O cálculo dos dividendos mínimos propostos para distribuição em função do resultado do exercício, está demonstrada a seguir:

	2025	2024
Lucro liquido de exercício	219.981	151.873
Reserva legal	(10.999)	–
Reserva de subvenção p/ investimentos	(69.420)	(58.828)
Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	**139.562**	**93.045**
Dividendos mínimos obrigatórios (15%)	(20.840)	(13.957)
Dividendos adicionais	–	(9.304)
Total de dividendos propostos e distribuídos	**(20.840)**	**(23.261)**

A movimentação dos dividendos a pagar está assim demonstrada:

	2025	2024
Saldo inicial	**11.461**	**14.300**
Dividendos pagos no exercício	(11.461)	(26.100)
Dividendos intermediários pagos no exercício	(20.351)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	20.840	13.957
Dividendos adicionais	99.143	9.304
Dividendos adicionais - Ajuste a valor presente	(14.270)	–
Saldo final	**85.362**	**11.461**
Circulante	**33.211**	**11.461**
Não circulante	**52.151**	**–**

29. Receita: A conciliação da receita operacional líquida com a receita bruta tributável é demonstrada como segue:

	31.12.2025	31.12.2024
Receita bruta	1.147.125	927.711
Impostos sobre vendas	(213.132)	(171.562)
Abatimentos e devoluções	(119.528)	(77.274)
Subvenção governamental	69.421	58.828
Receita líquida	**883.886**	**737.703**

A companhia possui 1 cliente que individualmente representa 25,9% da receita total do grupo em 31 de dezembro de 2025 (21,8% em 31 de dezembro de 2024). **Desagregação da receita de contratos com clientes:** A tabela abaixo apresenta a composição analítica da receita de contratos com clientes pelas principais linhas de produtos e serviços.

	31.12.2025	31.12.2024
Venda de produtos	883.843	737.604
Industrialização	–	56
Serviços	43	43
Total da receita	**883.886**	**737.703**

Venda de produtos: As receitas provenientes das vendas de produtos são divididas em três grupos diferentes, são eles: – Portfólio próprio: trata-se de produtos desenvolvidos, registrados e comercializados pela própria companhia. Estes incluem a linha Althaia, que abrange medicamentos classificados tecnicamente como genéricos, similares, notificação simplificada e específicos, de acordo com a classificação da ANVISA. Além disso, está incluso a linha Equaliv que é composta por suplementos alimentares, que são tecnicamente categorizados como alimentos. – *Full Service*: Esse grupo é representado pelas parcerias que a Companhia possui com outros laboratórios, é quando a Althaia produz um medicamento que é de registro de outro laboratório, entregando/ vendendo para esse laboratório o produto acabado final, pronto para sua comercialização. Geralmente, essa parceria acontece quando outro laboratório não possui capacidade produtiva ou técnica para produzir internamente e buscam no mercado este tipo de serviço. Em 2025, os principais parceiros da Companhia foram Eurofarma, Brainfarma e Cosmed. – Marcas exclusivas: parcerias com atacadistas ou varejistas que desejam ter produtos com a sua própria "marca", toda a produção e registro do produto é de responsabilidade da Althaia, o que é feito é uma customização de embalagem e nome comercial do produto conforme vontade do cliente parceiro para que ele de forma exclusiva seja o único cliente daquele produto acabado e seja o único a oferecer no mercado, ao consumidor final, aquela marca e produto. Industrialização: Trata-se de serviços de industrialização onde outros laboratórios contratam parte do processo de industrialização de seus produtos, por exemplo, a transformação de comprimidos de determinado fármaco, este tipo de serviço é prestado para outros laboratórios. Serviços P&D: Os serviços prestados pela área de Pesquisa & Desenvolvimento tem finalidade de desenvolver um novo medicamento genérico. As etapas de cada projeto contemplam: definição de fabricante do insumo farmacêutico ativo; desenvolvimento e validação da metodologia analítica, perfil de dissolução, teor e uniformidade conforme RDC vigente; proporcionalidade de concentrações; preparação e definição do estudo de equivalência farmacêutica; realização de testes farmacotécnicos; fabricação de lotes semi-industriais nas instalações da Althaia; estudo de validação de processo; acompanhamento e realização dos testes do estudo de estabilidade e fotoestabilidade a fim de verificar se o medicamento é estável e qual o prazo de validade; definição do protocolo e acompanhamento do estudo de bioequivalência; elaboração de toda a documentação de todo o desenvolvimento e de todos os estudos realizados para submissão junto ao órgão sanitário do Brasil (ANVISA). ***Saldo de contrato:*** Os valores a receber decorrente de contrato com clientes estão reconhecidos na rubrica de "contas a receber de clientes" (vide nota explicativa nº 11). **30. Custo e despesas por natureza: 30.1 Custo das vendas e dos serviços prestados:**

	31.12.2025	31.12.2024
Matéria–Prima	(225.127)	(178.393)
Embalagem	(41.729)	(33.591)
Subcontratação	(12.516)	(10.276)
Mão de obra direta	(13.886)	(12.737)
Mão de obra indireta	(31.634)	(23.932)
Gastos gerais de fabricação	(10.710)	(12.791)
ICMS Transferência	(226)	(3.429)
Depreciação e amortização	(8.730)	(7.900)
Ajuste de inventário	(3.092)	(3.423)
Outros custos	(1.298)	(923)
Total	**(348.948)**	**(287.395)**

30.2 Despesas operacionais por natureza:

Despesas com vendas	2025	2024
Despesas com pessoal	35.229	28.877
Fretes sobre vendas	12.480	11.645
Campanha de vendas	4.061	4.282
Despesas de viagens	5.598	4.133
Despesas com veículos	1.037	2.416
Depreciação e amortização	3.901	1.841
Equipamentos e serviços de TI	1.485	719
Outros	2.012	1.054
	65.803	**54.967**
Despesas gerais e administrativas		
Marketing	33.528	29.268
Despesas com pessoal	37.646	26.521
Fretes outros	722	531
Depreciação e amortização	4.426	7.886
Consultoria e assessoria	6.082	8.643
Materiais, energia e água	3.727	3.778
Equipamentos e serviços de TI	8.749	4.108
Serviços profissionais contratados	5.305	3.532
Legais e judiciais	5.488	3.377
Despesas de viagens	4.932	2.788
Impostos e taxas	2.411	2.833
Treinamento e desenvolvimento	976	789
Internet e telefonia	496	444
Aluguel de equipamentos	452	464
Outros	17.449	10.020
	132.389	**104.982**
Despesas com pesquisa e desenvolvimento		
Despesas com pessoal	21.999	16.593
Baixa de projetos	40	28.325
Materiais de consumo	8.864	27.491
Despesas de laboratório	12.055	16.801
Depreciação e amortização	13.356	3.404
Despesas de viagens	1.574	676
Equipamentos e serviços de TI	1.125	931
Despesas com registro	1.653	720
Consultoria e assessoria	619	5.943
Materiais, energia e água	1.817	589
Outros	4.680	6.038
	67.782	**107.511**
Total	**265.974**	**267.460**

31. Resultado financeiro:

	31.12.2025	31.12.2024
Receita de aplicação financeira	13.340	3.934
Ganhos com instrumentos derivativos	–	1.084
Juros recebidos	1.524	326
Descontos recebidos	406	25
Variação cambial	2.491	–
Receitas financeiras	**17.761**	**5.369**
Encargos financeiros	(28.409)	(24.132)
Descontos concedidos	(1.103)	(3.431)
Despesas bancárias	(1.849)	(2.595)

continuação

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 10/03/2026

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

continuação

Althaia S.A. Indústria Farmacêutica

	31.12.2025	31.12.2024
Imposto sobre Operações Financeiras – IOF	(1.175)	(1.599)
Variação cambial	–	(7.736)
Despesas financeiras	**(32.536)**	**(39.493)**
Despesas financeiras líquidas	**(14.775)**	**(34.124)**

32. Instrumentos financeiros e Gestão de risco: 32.a Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo: A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros. A Companhia entende que os instrumentos financeiros, que estão reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado, e a Administração entende que os valores registrados se aproximam de seu valor justo.

	Valor contábil		Valor justo		Hierarquia de
Ativo	**31.12.2025**	**31.12.2024**	**31.12.2025**	**31.12.2024**	**valor justo**
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras	108.972	86.985	108.972	86.985	Nível 2
Títulos e valores mobiliários	7.060	6.347	7.060	6.347	Nível 1
Custo amortizado					
Caixa e banco	179	231	179	231	
Contas a receber de clientes	299.297	234.404	299.297	234.404	
Adiantamentos de fornecedores	7.348	6.778	7.348	6.778	
Outros créditos	2.003	3.230	2.003	3.230	
Passivo					
Custo amortizado					
Fornecedores e outras contas a pagar	122.641	97.536	122.641	97.536	
Passivo de arrendamento	1.904	5.286	1.904	5.286	
Empréstimos e financiamentos	212.085	150.503	212.085	150.503	
Debêntures	154.856	153.399	155.244	153.971	Nível 2
Dividendos a pagar	85.361	11.461	85.361	11.461	
Outros passivos	15.643	9.393	15.643	9.393	

O valor justo é calculado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados. As estimativas dos fluxos de caixa futuros de taxas pós- fixadas são baseadas em taxas cotadas de preços futuros e taxas de juros de empréstimos interbancários. **32.b Política de gestão de riscos:** A Companhia está exposta a diversos riscos de mercado, como consequência da sua operação comercial. ***Exposição a riscos cambiais:*** O fluxo de caixa da Companhia está sujeito à volatilidade do Dólar norte-americano, Euro e Iene japonês (JPY), uma vez que grande parte dos seus insumos são adquiridos com fornecedores dos EUA e da Europa, expondo a Companhia às flutuações do câmbio destas moedas. A Companhia também possui um empréstimo atrelado a moeda JPY. A Companhia não possuía, no exercício, operações de hedge contratadas para proteção contra o risco cambial.

Ativos	**Fator de risco**	**31.12.2025**	**31.12.2024**
Clientes (nota explicativa n° 11)	**USD**	1.351	755
		1.351	**755**
Passivos	**Fator de risco**	**31.12.2025**	**31.12.2024**
Empréstimos em moeda estrangeira (nota explicativa n° 22)	**JPY**	(17.810)	(19.584)
Fornecedores estrangeiros (nota explicativa n° 21)	**EUR**	(4.345)	(7.073)
Fornecedores estrangeiros (nota explicativa n° 21)	**GBP**	–	(92)
Fornecedores estrangeiros (nota explicativa n° 21)	**USD**	(24.539)	(15.695)
		(46.694)	(42.444)
		(45.343)	**(41.689)**

Análise de sensibilidade: A Companhia realiza a análise de sensibilidade para avaliar os impactos das variações cambiais sobre seus passivos financeiros. Consideramos a flutuação das taxas de câmbio das moedas às quais estamos expostos, como o Dólar norte-americano (USD), o Euro (EUR) e o Iene japonês (JPY), projetando possíveis cenários de valorização e desvalorização dessas moedas em relação ao Real (BRL). O cenário base adotado reflete as taxas cambiais vigentes em 31 de dezembro de 2025, conforme as projeções de mercado e as expectativas internas da Companhia. Adicionalmente, foram elaborados cenários estressados com impactos de variação nas taxas de câmbio, tanto para valorização quanto para desvalorização das moedas estrangeiras, de modo a mensurar os possíveis efeitos nas demonstrações financeiras. Esse procedimento visa garantir maior previsibilidade dos impactos financeiros advindos da volatilidade cambial, auxiliando na gestão dos riscos e na adoção de estratégias de hedge:

									Cenário em:
	Fator		**31.12.2025**				**31.12.2024**		
Instrumento	**de risco**	**Variação**	**Saldo**	**Valorização**	**Desvalorização**	**Variação**	**Saldo**	**Valorização**	**Desvalorização**
Empréstimos em moeda estrangeira nota explicativa n° 22)	JPY	14%	(17.810)	(2.463)	2.463	12%	(19.584)	(2.350)	2.350
Fornecedores estrangeiros (nota explicativa n° 21)	EUR	8%	(4.345)	(350)	350	9%	(7.073)	(621)	621
Fornecedores estrangeiros (nota explicativa n°21)	GBP	8%	–	–	–	10%	(92)	(10)	10
Fornecedores estrangeiros (nota explicativa n° 21)	USD	7%	(24.539)	(1.639)	1.639	8%	(15.695)	(1.245)	1.245
			(46.694)	**(4.452)**	**4.452**		**(42.444)**	**(4.226)**	**4.226**

Riscos de flutuação nas taxas de juros: Esse risco é decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas devido as oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação deste risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pré-fixadas ou pós-fixadas de forma que, quaisquer resultados oriundos da volatilidade desses indexadores não incorram em nenhum resultado significativo. O valor contábil dos instrumentos financeiros que representam a exposição máxima ao risco de taxas de juros na data dessa demonstração foi:

	31.12.2025	31.12.2024
Aplicações financeiras (nota explicativa n° 9)	108.972	86.985
Empréstimos e financiamentos (nota explicativa n° 22)	(212.085)	(150.503)
Debêntures (nota explicativa n° 23)	(154.856)	(153.399)
	(257.969)	**(216.917)**

O detalhamento das taxas, prazos e condições de empréstimos e debêntures encontram- se nas notas explicativas de n° 22 e 23. **Análise de sensibilidade de juros:** Para a análise de sensibilidade da taxa de juros, a Companhia utiliza as projeções das taxas indicadas abaixo, com base na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão. Uma eventual variação nessas taxas, conforme projetado, resultaria nos seguintes impactos no resultado e no patrimônio da Companhia.

Transação	**Saldo em 31.12.2025**	**Fator de risco**	**Cenário razoavelmente possível**	**Impacto no resultado e patrimonio**
Ativos financeiros				
Aplicações financeiras	108.972	CDI	13,31%	14.504
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos – TJLP	(50.239)	TJLP	9,19%	(4.617)
Empréstimos e financiamentos – TR	(144.036)	TR	1,84%	(2.650)
Empréstimos e financiamentos – CDI	(17.810)	CDI	13,31%	(2.371)
Debêntures	(154.856)	CDI	13,31%	(20.611)
Total	**(257.969)**			**(15.745)**

Transação	**Saldo em 31.12.2024**	**Fator de risco**	**Cenário razoavelmente possível**	**Impacto no resultado e patrimonio**
Ativos financeiros				
Aplicações financeiras	86.985	CDI	15,41%	13.404
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos – TJLP	(46.751)	TJLP	7,97%	(3.726)
Empréstimos e financiamentos – TR	(84.168)	TR	1,89%	(1.591)
Empréstimos e financiamentos – CDI	(19.584)	CDI	15,41%	(3.018)
Debêntures	(153.399)	CDI	15,41%	(23.639)
Total	**(216.917)**			**(18.569)**

***Concentração de risco de crédito*:** Instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito. A Companhia está exposta ao risco de crédito decorrente de recebíveis, transações com derivativos, seguradoras, adiantamentos a fornecedores e investimentos financeiros. O processo de gestão de risco de crédito fornece uma estrutura para avaliar e gerir o risco de crédito das contrapartes e para manter o risco da Companhia em um nível aceitável. Para a exposição de crédito comercial, decorrente da venda a clientes finais, a área de gestão de risco, de acordo com o nível de delegação em vigor, aprova ou solicita a aprovação de limites de risco de crédito para cada contraparte. ***Riscos de liquidez*:** É o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. O objetivo da Companhia ao administrar a liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. A Companhia busca manter o nível de seu "Caixa e equivalentes de caixa" e outros investimentos com mercado ativo em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de passivos financeiros (exceto "Fornecedores e outros contas a pagar") para os próximos 60 dias. A Companhia monitora também o nível esperado de entradas de caixa proveniente do "Contas a receber de clientes e outros recebíveis" em conjunto com as saídas esperadas de caixa relacionadas à "Fornecedores e outras contas a pagar". Em 31 de dezembro de 2025, os fluxos de caixa esperados provenientes do "Contas a receber de clientes e outros recebíveis" com vencimento dentro de dois meses era de R$ 135.694 (R$ 85.125 em 31 de dezembro de 2024) e as saídas esperadas de caixa para "fornecedores e outras contas a pagar" com vencimento em dois meses era de R$ 176.719 (R$ 37.595 em 31 de dezembro de 2024). Isso exclui o potencial impacto de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, tais como desastres naturais. A seguir são apresentados os fluxos de caixa contábil contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados, como segue:

	Valor	Fluxo de caixa contratual			
	Contábil	**Total**	**Até 1 ano**	**1–3 anos**	**4–5 anos**
Fornecedores e outras contas a pagar (nota explicativa n° 21)	122.641	122.641	122.641	–	–
Passivo de arrendamento (nota explicativa n° 20)	2.166	2.165	1.824	305	37
Empréstimos e financiamentos (nota explicativa n° 22)	212.085	284.515	29.921	48.232	206.362
Debêntures (nota explicativa n° 23)	154.856	168.406	90.363	78.043	–
Outros passivos	15.643	15.643	15.642	1	–
	507.391	**593.370**	**260.391**	**126.581**	**206.398**

***Gestão de capital*:** A Companhia monitora o capital usando um índice de alavancagem representado pela "dívida líquida", dividido pelo "patrimônio líquido". A "dívida líquida" é calculada como o total do passivo (conforme apresentado no balanço patrimonial), menos caixa e equivalentes de caixa. O índice de alavancagem da Companhia em 31 de dezembro de 2025, é apresentado a seguir:

	31.12.2025	31.12.2024
Total do passivo	683.706	454.103
(–) caixa e equivalentes de caixa	(109.151)	(87.216)
Dívida líquida	**574.555**	**366.887**
Total do patrimônio líquido	**425.895**	**325.898**
Índice de alavancagem	**1,35**	**1,13**

Instrumentos financeiros derivativos: A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (hedge econômico) dos riscos de variação cambial, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização dos instrumentos derivativos. A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos de hedge cambial em volume compatível com a exposição cambial líquida, incluindo todos os ativos e passivos atrelados à variação cambial. Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são swaps de moeda sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos. Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possuem prazos perfeitamente alinhados com a respectiva dívida protegida, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas.

	31.12.2025	31.12.2024
Efeito dos derivativos no resultado		
Perda reconhecida no resultado	–	(1.084)
	–	**(1.084)**

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados no Nível 2 da hierarquia do valor justo.

33. Resultado por ação: O cálculo do lucro básico por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação. A Companhia não possui potenciais ações ordinárias diluídas.

	31.12.2025	31.12.2024
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores	219.981	151.873
Média ponderada da quantidade de ações	212.133.943	212.133.943
Lucro basico por ação – R$	**1,04**	**0,72**

34. Eventos subsequentes: Reforma Tributária: Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar n° 214, que instituiu o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), no contexto da Reforma Tributária sobre o consumo no Brasil. A Reforma Tributária promove alterações relevantes no sistema tributário nacional, com foco na simplificação da arrecadação, redução da complexidade operacional e maior racionalidade fiscal. Entre as principais mudanças, destaca-se a adoção de um modelo de Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual, por meio da CBS e do IBS, que substituirão gradualmente os atuais tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. O novo sistema terá início em 2026, com período de transição gradual e previsão de implementação integral até 2033. A Companhia acompanha a evolução do tema e avalia, de forma preliminar, os possíveis impactos da Reforma Tributária em suas operações, não sendo possível, neste momento, mensurar eventuais efeitos financeiros ou operacionais decorrentes dessas mudanças.

Composição da Diretoria

Jairo Aparecido Yamamoto - *Diretor Presidente*

Allysson Fernando Yamamoto - *Diretor Financeiro e de Relações com Investidores*

Responsável Técnico

Claudio Eiji Kuwabara – *Contador – CRC SP-324563/O-5*

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da **Althaia S.A. Indústria Farmacêutica, Atibaia – SP. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Althaia S.A. Indústria Farmacêutica (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Althaia S.A. Indústria Farmacêutica em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Reconhecimento da receita na venda de produtos: Veja a Nota 29 das demonstrações financeiras. **Principais assuntos de auditoria:** As receitas da Companhia derivam essencialmente da industrialização, da comercialização, da promoção e distribuição de produtos farmacêuticos em geral, que geralmente são reconhecidas no momento em que ocorre a entrega dos produtos ao cliente. O processo de reconhecimento das receitas de vendas da Companhia requer controles da Administração para análise e monitoramento, a cada transação, do momento em que os produtos são entregues e aceitos pelos clientes em suas instalações, momento esse em que ocorre a transferência do controle dos produtos comercializados ao cliente, bem como requer a necessidade de manutenção de rotinas para identificar e mensurar as vendas faturadas e não entregues no final do exercício. Além disso, para contratos que permitem ao cliente devolver os produtos, o reconhecimento de receita requer também o uso de dados históricos e julgamentos significativos para estimar a expectativa de devolução de produtos. Em função do referido anteriormente, dos processos que suportam o reconhecimento da receita, bem como o risco de as receitas serem registradas antes do cumprimento das obrigações de performance (antes da transferência do controle dos produtos comercializados ao cliente), consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: – Análise, em base amostral, das transações de vendas ocorridas antes e depois da data de encerramento do exercício, de maneira a observar se a receita foi reconhecida no momento esse em que ocorre a transferência do controle dos produtos comercializados ao cliente. – Análise, em base amostral, das transações de devoluções ocorridas durante o exercício e período subsequente, de maneira a validar consistência e procedência dos dados históricos usados na determinação da expectativa de devolução de produtos, bem como recálculo da mesma. – Avaliação se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras estão de acordo com as normas aplicáveis. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o reconhecimento da receita na venda de produtos no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado**: A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 06 de março de 2026

KPMG
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027612/F

Carlos Humberto Rodrigues da Silva
Contador
CRC 1SP217733/O-4